



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses promoveu, no dia 17 de setembro de 2022, em Viseu, o Encontro Nacional de Autarcas, que contou com a presença do Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, Dr. Paulo Pinto dos Santos.

Esta é, a seguir ao Congresso, a segunda reunião magna dos Presidentes de Câmara, de Junta de Freguesia e das Assembleias Municipais, que, no caso concreto, se revestiu de particular importância pelas temáticas em discussão face aos desafios que se colocam, hoje, aos Municípios: Gestão e Financiamento Local - sobre os Fundos Comunitários, o Plano de Resiliência e a Lei das Finanças Locais; e, naturalmente, a contínua preocupação com o processo de Descentralização de Competências que tem estado na origem de muitas das controvérsias e diferenças no seio do Poder Local.

Das intervenções proferidas no Encontro - de casa quase cheia - destaca-se:

- a relevância que foi dada à necessidade de ser revisto o Estatuto dos Eleitos Locais, que já tem 35 anos, ajustando-a aos novos compromissos e funções dos Autarcas e às novas realidades e desafios;
- as propostas da ANMP para a discussão do Orçamento do Estado para 2030, com particular incidência nos impactos financeiros e orçamentais da Descentralização (principalmente na Educação, Saúde e Ação Social) e com a importância de dotar o Fundo de Financiamento da Descentralização com previsão capaz de dar resposta às necessidades das Autarquias;
- a necessária revisão e adaptação do atual asfixiante para a gestão autárquica que é a Contratação Pública;
- a urgente implementação de medidas que mitiguem e suavizem os colossais impactos e constrangimentos decorrentes da inflação e da crise energética que, apesar de transversais à economia e às famílias, afeta, com especial incidência, a sustentabilidade financeira do Poder Local;
- e, por fim, mas não menos relevante, dado todo o mediatismo e polémica que se vai gerando, a avaliação e perspetivas quanto à concretização dos Acordos Setoriais que a ANMP foi celebrando, e continuará a celebrar (por exemplo, no domínio da Ação Social), com o Governo, com vista a uma melhor concretização da Lei-Quadro da Transferência de Competências.